



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2011 (Do Sr. Ronaldo Zulke)

Denomina “Ponte Presidente João Goulart” a ponte sobre o rio Gravataí, que ligará as cidades de Porto Alegre e Canoas, pela BR 448, no Rio Grande do Sul.

Art. 1º Denomina “Ponte Presidente João Goulart” a ponte sobre o rio Gravataí, que ligará as cidades de Porto Alegre e Canoas, pela BR 448, no Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A ponte na BR 448 que ligará por sobre um curso d'água a Capital gaúcha ao município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, terá o importante papel de aliviar em até 40% o trânsito, hoje congestionado, da BR 116. A obra será decisiva para o escoamento da produção e para incentivar a economia e o turismo no Rio Grande do Sul, diminuindo significativamente o tempo de deslocamento rodoviário para entrada e saída na Capital. A própria obra terá uma dimensão arquitetônica de grande beleza, para além de sua funcionalidade, o que a tornará um verdadeiro cartão postal do RS. Ao ampliar as vias para o desenvolvimento e fazer de si mesma um atrativo turístico, a obra contribuirá para modernizar o estado.

O nome da ponte presta uma homenagem ao Presidente João Belchior Marques Goulart (1961-1964), nascido em 1º de março de 1919, em São Borja, falecido em 6 de dezembro de 1976, no município argentino de Mercedes. Conhecido pela alcunha de Jango, elegeu-se para a Assembléia Legislativa do RS em 1947, tendo sido eleito para a Câmara Federal em 1950. Em 1953, O presidente Getúlio Vargas nomeou-o titular da pasta do Ministério do Trabalho. Como ministro, notabilizou-se pela luta para valorização do salário mínimo. Em 1955, foi eleito Vice-presidente do Brasil no governo Juscelino Kubitschek. Na eleição de 1960, foi novamente eleito vice-presidente pela chapa de oposição a Jânio Quadros. Àquela época, a eleição para Vice ainda era separada da eleição para Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 25 de agosto de 1961, enquanto Jango realizava uma viagem diplomática a China, Jânio Quadros renunciou à Presidência gerando um período de instabilidade político-institucional no país.

No RS, o governador Leonel Brizola lidera o Movimento pela Legalidade para que Jango assuma a Presidência, conforme previsto na Constituição. Setores das Forças Armadas ofereciam resistência à sucessão. Em 2 de setembro de 1961, o Congresso brasileiro aprova uma proposta conciliatória para preservar a ordem institucional: o parlamentarismo. Em 7 de setembro, João Goulart finalmente assume o cargo de Presidente, enquanto Tancredo Neves ocupa a função de primeiro-ministro. Em janeiro de 1963, o regime presidencialista voltou a ter vigência no Brasil.

Como Presidente, João Goulart promoveu “Reformas de Base”, entre elas destacaram-se:

- Reforma Agrária, com o objetivo de democratizar a terra ao mesmo tempo em que se promulgava o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia os direitos dos trabalhadores urbanos para o campo;
- Reforma Educacional, que visava combater o analfabetismo e valorizar o magistério e o ensino público;
- Reforma Fiscal, para promover a justiça fiscal e aumentar a arrecadação do estado, afora limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por partes das empresas multinacionais;
- Reforma Eleitoral, para estender o direito a voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente, ampliando a liberdade de organização partidária;
- Reforma Urbana, “visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias”;
- Reforma Bancária, para ampliar o acesso ao crédito pelos produtores.

As Reformas de Base faziam parte do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, ministro do Planejamento, tendo San Tiago Dantas como ministro da Fazenda, também projetavam a nacionalização de setores industriais (energia elétrica, refino de petróleo, químico-farmacêutico). Não foram, contudo, aprovadas pelos congressistas.

O golpe de 1964 interrompeu o processo democrático. Por questão de consciência, João Goulart recusou-se recorrer à violência na tentativa de impedir a quebra da ordem institucional, com o risco de incitar uma guerra civil entre irmãos, preferindo retirar-se da cena pública e exilar-se. Deixou um exemplo de dedicação ao povo brasileiro.

Homenageá-lo dando o nome de Presidente João Goulart à ponte, de grande envergadura, que unirá Porto Alegre a Canoas, significa reafirmar o empenho do Congresso Nacional para manter permanentemente a normalidade democrática e o funcionamento das instituições que amparam a República Federativa do Brasil. O RS já dispõe de outra ponte de grandes proporções ligando Porto Alegre a Guaíba e à Metade Sul, a qual tem o nome de Presidente Getúlio Vargas. Assim terá nas duas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pontes de saída da Capital o nome de dois Presidentes nascidos em território gaúcho, e que muito honram a todos os brasileiros.

Em face dos serviços prestados por João Goulart, no ano do cinquentenário de sua posse na Presidência do Brasil, contamos com a aprovação de nossos pares ao presente Projeto de Lei, que mais não é que o devido reconhecimento a um grande homem público.

Razão pela qual solicito aos nobres pares que esta proposição seja aprovada.

Sala das Sessões, em de outubro de 2011.

Dep. RONALDO ZULKE – PT/R